

‘Cara mesmo é a ignorância’

O volume 15, número 33 encerra as publicações do ano de 2021 da *Retratos da Escola*, um ano difícil para o povo brasileiro e, para nós educadores/as, cheio de preocupações relacionadas às desconstruções vividas nos últimos anos. Estamos cada vez mais necessitando de uma revisão profunda das políticas que foram sendo impostas pelos últimos dois governos, pautados pela agenda global de um capitalismo decadente, que aposta na desconstrução e impede avanços democráticos e populares no desenvolvimento da educação escolar brasileira.

O teto de gastos instituído após o Golpe de 2016 pela Emenda Constitucional – EC nº 95, estipulou limite aos investimentos sociais no país para os vinte anos seguintes à sua implementação, resultando em sérios impactos para as políticas públicas, destacadamente em relação ao compromisso com as metas contidas no Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (AMARAL, 2016; MIRANDA, 2020). Ademais, nos governos que se seguiram, além dos cortes de verbas, outros retrocessos na agenda educacional foram dando espaço às orientações de cunho neoliberal, como a reforma do ensino médio (aprovada pela Lei nº 13.415/2017), a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC da Educação Básica e consequentes determinações para outras reformas curriculares, a intensificação de processos de privatização da esfera pública, além da adoção de uma pauta conservadora sem precedentes (DOURADO, 2019).

Seguindo na contramão das medidas sociais que vinham sendo privilegiadas pelos governos populares do início do século XXI, chefiados por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – destituída por *impeachment* que colocou o país nas mãos de uma malta neoliberal a fim de favorecer as elites dominantes não apenas no Brasil, mas numa conjuntura global subordinada ao mercado internacional –, Michel Temer, primeiro a assumir a presidência da República após o Golpe, logo de início subordinou-se à cartilha do neoliberalismo. Quadro que foi ainda mais exacerbado após a primeira eleição do pós-Golpe, em 2018, que levou Jair Bolsonaro ao poder e, posteriormente, a nomeação de Paulo Guedes ao posto de Ministro da Economia, em grande parte graças ao apoio das Forças Armadas, de alguns líderes neopentecostais, bem como de uma insidiosa campanha de *fake news* que circulou pelas redes sociais. Em consequência, passamos a ter uma conjunção política de extrema direita, ultraconservadora, com um presidente da República negacionista,

cujos maiores projetos são a liquidação do Estado e a subordinação ao mercado. Interromperam-se os processos de avanço nas políticas educacionais que vinham ocorrendo no país.

O desgoverno dos últimos anos atacou os professores e professoras, avançou na privatização e mercantilização na/da escola pública, abandonou os institutos federais e as universidades públicas, atacou o patrono da educação brasileira Paulo Freire, reconhecido mundialmente pela força e importância de sua obra e legado, e, como se não bastasse, defendeu projetos de educação domiciliar, o que significa, na prática, a desobrigação das famílias de matricular seus filhos e filhas nas escolas.

Segundo o PNE, neste ano de 2021, o setor da educação pública no Brasil deveria ter formulado e aplicado seus planos municipais, estaduais e distrital de educação, garantindo a universalização do acesso à educação para todas as pessoas dos 4 aos 17 anos de idade. Deveriam ter sido aprovadas também as leis do Sistema Nacional de Educação – SNE, das Diretrizes de Carreira e do Piso Salarial Profissional Nacional para os/as profissionais da educação, além da aprovação das regulamentações do Custo Aluno-Qualidade – CAQ, para ampliar e melhorar o financiamento da educação básica pública, e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (ARAÚJO, 2021).

Em 2022, nossa luta terá que ser pela implementação dessas pautas no debate eleitoral e pela sua concretização via eleições, com a escolha de representantes afinados/as com as mudanças absolutamente necessárias, como implementar os planos de educação nas três esferas de governo, e promover a desobstrução do estrangulamento dos recursos públicos para a educação pública.

Um líder da esquerda brasileira na década de 1990, ao comentar a posição sempre contrária dos tecnocratas à destinação de verbas para a educação, declarou que “cara mesmo é a ignorância” e não os investimentos, evidentemente elevados, que um país precisa para o desenvolvimento da educação. Esta pode ser uma frase simbólica para a apresentação deste número que, em suas diferentes seções, busca indicar o quanto o Brasil sofre pela retenção de verbas para a educação no momento atual.

Organizados por Luiz Fernandes Dourado, colega do Comitê Editorial desta revista, e pelas professoras pesquisadoras Luciana Rosa Marques e Maria Vieira Silva, respectivamente, coordenadora e vice-coordenadora do GT 05, Estados e Políticas Educacionais, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, a entrevista e o dossiê trazidos à tona nesta edição dão matizes mais claros à situação delineada nos parágrafos anteriores.

Na entrevista, que tematiza o *Fundeb e os desafios para a garantia do direito à educação básica*, são apresentados os depoimentos de três especialistas no tema: Heleno Araújo, atual presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; a deputada federal Professora Rosa Neide; e Nelson Cardoso Amaral, da UFG.

O dossiê, *Políticas de financiamento no Brasil contemporâneo*, traz, logo em seu texto de abertura/apresentação, um mapeamento, realizado por seu/as organizador/as, das

tendências e abordagens de pesquisas com o enfoque nas ‘políticas de financiamento’ e o ‘direito à educação’ produzidas no âmbito do GT 05 da ANPEd, entre 1997 a 2019. Além de outros seis artigos, de variados/as e reconhecidos/as autores/as da área e que tematizam a questão do financiamento da educação. Mais do que dar visibilidade às contribuições de pesquisadores/as brasileiros/as, em diferentes contextos, sobre avaliações de políticas públicas voltadas aos temas referidos, esse é um dossiê que, ao mesmo tempo, nos possibilita compreender o movimento que levou ao intercâmbio deste GT 05 da ANPEd, ocorrido em 2020, e que culminou no dossiê em questão.

Além disso, nesta edição contamos também com a seção temática *Educação integral como horizonte pedagógico e político*, organizada por Jaqueline Moll e Renata Gerhardt de Barcelos. Os escritos que a compõem buscam refletir sobre os desafios hoje postos para avançarmos na perspectiva de uma escola comum para a população brasileira, que seja de dia completo e de currículo integral, como já apontava nos anos 1940 o educador Anísio Teixeira. Horizonte ainda longínquo para a educação pública e popular, à oferta da educação integral, apesar de esforços tanto históricos, quanto recentes, impõe-se ainda a necessidade de manter vivas as memórias de possibilidades materializadas em tempos “de alguns respiros democráticos”, como bem ressaltam as organizadoras.

Contamos também com o nosso usual espaço aberto, composto pelos artigos que chegam até nós via fluxo contínuo. Nesta edição, os dois primeiros artigos desta seção abordam o tema do sindicalismo docente. O primeiro, *A privatização da educação pública brasileira e suas consequências para o sindicalismo docente*, de autoria de Sayarah Carol Mesquita dos Santos, analisa os atuais processos de privatização da educação pública para identificar suas implicações ao sindicalismo docente. O estudo aponta a necessidade de organização de um movimento docente cada vez mais combativo e classista de modo a se fazer frente a tal tendência.

O segundo, de autoria de Valdegil Daniel de Assis, Luiz de Souza Junior, Vanusa Nascimento Sabino Neves e Raquel do Nascimento Sabino, tematiza *O papel do sindicalismo na valorização docente em João Pessoa- PB*, focalizando na função sindical na valorização dos/as professores/as na capital paraibana, bem como na evolução da sua remuneração no contexto do Fundeb. O artigo salienta o papel da CNTE na consolidação dos sindicatos docentes, na organização dos/as docentes enquanto classe e na implantação do Plano de Cargo e Carreiras e Remuneração do Magistério Municipal.

Os três artigos seguintes têm como temática a gestão escolar. Em *Atribuições do/a gestor/a escolar segundo a lei de gestão democrática do ensino de Rio Largo-AL*, Givanildo da Silva, Alex Vieira da Silva e Eva Pauliana da Silva Gomes destacam que as múltiplas atribuições atribuídas pela lei exigem uma formação sólida e epistemologicamente centrada na questão humana, ao lado dos aspectos concernentes à gestão escolar.

Já em *Estratégias para gestão escolar em tempos de avaliação: uma investigação em municípios do Ceará*, de autoria de Anderson Gonçalves Costa, Esmeraldina Januário de Sousa,

Eloísa Maia Vidal, e Sofia Lerche Vieira, são abordados os usos, as funções e os impactos das políticas de avaliação em larga escala, partindo da experiência de gestores/as de municípios cearenses. O/as autor/as destacam que estes/estas profissionais não percebem com clareza o limite da sua autonomia, colocado pelo modelo gerencial em vigência.

Por fim, *Seleção de diretores/as escolares no RJ: critérios técnicos e participação da comunidade nos textos políticos municipais*, de Daniela Patti Amaral, aborda os critérios técnicos de mérito e desempenho e as formas de participação da comunidade, apresentados nas legislações que regulamentam a gestão democrática no processo de seleção de diretores/as em 39 municípios do estado do Rio de Janeiro.

O Espaço Aberto é concluído com o artigo *Relações colaborativas entre o Atendimento Educacional Especializado e Educação de Jovens e Adultos*, no qual Carmel Reis Barros e Morgana Domênica Hattge socializam pesquisa realizada em uma escola da Rede Estadual de Ensino de Belém do Pará. As autoras constataram que o alinhamento entre o Atendimento Educacional Especializado e a Educação de Jovens e Adultos, por meio do ensino colaborativo, pode possibilitar avanços no processo de ensino e aprendizagem dos/as alunos/as com deficiência, o que inclui formação, materiais e momentos de planejamento adequados.

Fechando este número, temos o relato da experiência *A contribuição dos jogos no desenvolvimento da leitura e escrita de crianças*, de Flávia Solvelino Santiago e Kely Cristina Nogueira Souto, uma professora da rede municipal de educação de Belo Horizonte- MG e sua orientadora. O relato analisa a aplicação de um projeto cujo objetivo foi compreender qual contribuição a proposta com jogos poderia dar ao grupo de alunos/as dos anos iniciais do ensino fundamental, de modo a diminuir o descompasso na aprendizagem. As autoras evidenciam o significado e a importância dos jogos para as crianças que vivenciam o processo inicial da aprendizagem de leitura e escrita.

Agradecemos a todos/as os/as organizadores/as e autores/as que colaboraram com mais este número pelo consistente trabalho realizado, somos gratos/as por nos brindarem com seus estudos, reflexões e suas compreensões dos fatos educacionais. Muito obrigado também a todo/as os/as nossos/as colaboradores/as, que atuam nas diversas etapas de produção desta publicação, sempre de forma tão dedicada e eficiente.

Concluimos desejando a todos e todas um excelente proveito na leitura de mais este número da *Retratos da Escola*.

Comitê Editorial

Referências:

AMARAL, Nelson C. PEC 241: A “morte” do PNE (2014-2014) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. Goiânia: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, online, v.32, n.3, p. 653-673, set./dez. 2016.

ARAÚJO, Heleno. *O Plano Nacional de Educação no final de 2021*. Brasil de Fato- Pernambuco. Coluna. 2 de dezembro de 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 40, e0224639, 2019.

MIRANDA, Marília G. de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 1-15, 2020.